

Organizadores

Fabiano Godinho Faria & Mauro Luiz Barbosa Marques

# Giros à direita

Análises e perspectivas  
sobre o campo  
libero-conservador





Fabiano Godinho Faria é graduado e mestre em história social pela Universidade Federal Fluminense e doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente leciona como professor efetivo no Instituto Federal do Rio de Janeiro.



Mauro Luiz Barbosa Marques é historiador. Doutor pela UNISINOS (RS) e professor no Instituto Federal de Pernambuco. Dedicar-se à pesquisa em temas como mundo do trabalho e história dos pensamentos políticos.

Organizadores

Fabiano Godinho Faria & Mauro Luiz Barbosa Marques

# Giros à direita

Análises e perspectivas  
sobre o campo  
libero-conservador



Sobral  
2020

SER  
TÃO  
CULT





Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138

Renato Parente - Sobral - CE

(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222

contato@editorasertaocult.com

sertaocult@gmail.com

www.editorasertaocult.com

### **Coordenação do Conselho Editorial**

Antonio Jerfson Lins de Freitas

#### **Conselho Editorial**

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Antonio Iramar Miranda Barros

Camila Teixeira Amaral

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Cícero João da Costa Filho

Francisco Dênis Melo

Geranilde Costa e Silva

Gilberto Gilvan Souza Oliveira

João Batista Teófilo Silva

Juliana Magalhaes Linhares

Maria Aparecida de Sousa

Raimundo Alves de Araújo

Raul Max Lucas da Costa

Regina Celi Fonseca Raick

Tito Barros Leal de Pontes Medeiros

Valeria Aparecida Alves

Viviane de Souza Lima

Telma Bessa Sales

### **Coordenação Editorial e Projeto Gráfico**

Marco Antonio Machado

#### **Revisão**

Antonio Jerfson Lins de Freitas

#### **Ilustrações**

Mateus de Paula Pimentel Ferreira

#### **Catálogo**

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

G527    Giros à direita: análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador./ Fabiano Godinho Faria, Mauro Luiz Barbosa Marques, (Organizadores). - Sobral- CE: Sertão Cult, 2020.

254p.

Número ISBN: 978-65-87429-04-5 - papel

Número ISBN: 978-65-87429-05-2 - E-book-pdf

Doi: 10.35260/87429052-2020

1. Política. 2. Liberalismo. 3. Conservadorismo. 4. Progressivismo. I. Título. II. Faria, Fabiano Godinho. III. Marques, Mauro Luiz Barbosa.

*Agradecemos o apoio das seguintes entidades sindicais  
de servidores dos Institutos Federais de  
Educação, Ciência e Tecnologia:*





# Sumário

Apresentação / 9

Extrema direita e neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro / 13  
**Michael Löwy**

Neoliberalismo e (neo)autoritarismo: uma perspectiva de longo prazo a partir de casos do cone sul da América Latina / 20  
**Hernán Ramírez**

Ultraliberalismo autoritário e o aprofundamento da dependência: o governo de extrema direita no Brasil no contexto da crise latino-americana / 46  
**David Moreno Montenegro**

A reorganização da extrema direita latino-americana no ascenso bolsonarista: fóruns e redes organizativas / 71  
**Rejane Carolina Hoeveler**

A direita unida em torno de Bolsonaro: uma análise da rede conservadora no Facebook / 90  
**Celina Lerner**

Alguma coisa está fora do tempo: a doutrina da guerra revolucionária e o delírio anticomunista da família Bolsonaro / 122  
**Fabiano Godinho Faria**

Um balanço crítico dos primeiros 18 meses da política educacional do governo Bolsonaro / 159  
**Michelangelo Torres**

A revolução a partir da extrema direita: análises dos projetos da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do Nacional Sindicalismo (N/S) / 174  
**Felipe Cazetta**

Armas, literatura ‘panfletária’ e antissemitismo: a postura conservadora de Gustavo Barroso no Brasil dos anos 1930 / 193

***Cícero João da Costa Filho***

Uma direita “plural”: configurações ideológicas e organizações políticas da direita brasileira contemporânea / 222

***Fábio Gentile***

Um fantasma ronda o mundo, o fantasma de Gilead / 241

***Mauro Luiz Barbosa Marques***



# Apresentação

Parece evidente um crescimento expressivo de correntes denominadas como “extrema direita”, entre outros termos, que chegaram ao poder em várias partes do mundo, desde a América, com EUA, Brasil e Colômbia, passando pela Europa, de Hungria e Polônia, chegando à Ásia, de Israel, Turquia e Índia, entre tantos outros Estados Nacionais. Especialmente após a crise econômica global de 2008, saídas por este viés socioeconômico tiveram seu grau de influência ampliando imensamente.

Tal fenômeno não demonstra ser efêmero, apesar de importantes dificuldades onde é aplicado na gestão estatal. Ainda que não reste clara a duração desse processo, ele merece toda atenção e problematização necessárias, pois traz às disputas políticas globais novos elementos nem sempre compreendidos, especialmente pela massa crítica progressista. Estes alinhamentos vinculados à direita extrema, via de regra, combinam de forma contraditória e complementar aspectos conservadores e ultraliberais, regados a práticas autoritárias de cunho neofascista. Em comum, tendem a rejeitar ou reagir a qualquer risco que coloque em xeque a ordem instituída, apesar de uma aparência difusa antissistêmica. Este avanço das direitas extremas pode ser um desdobramento do fracasso do neoliberalismo tradicional em promover a elevação geral do nível de vida pela instalação de uma sociedade de competição perfeita. Como os resultados foram o oposto, apostam numa guinada de ódio em que culpabilizam os setores política e socialmente mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, alternativas políticas ao modelo neoliberal tiveram inúmeras dificuldades e limites nas práticas políticas efetivas.

Desde suas origens, os conservadores são umbilicalmente ligados à defesa da tradição, da hierarquia e temem o “novo”. Historicamente ligam-se a uma ideia de alternativa global à modernidade, ao pensamento progressista e especialmente revolucionário, que reduziu o poder do chamado *Antigo Regime* europeu. Correntes liberais contribuíram em muito para tal virada histórica difundindo ideias sobre a possibilidade do indivíduo autônomo aperfeiçoar sua vida a partir de transforma-

ções baseadas na iniciativa, no progresso e na racionalidade. Curiosamente, liberais e conservadores se aproximaram em muitos sentidos, especialmente a partir da metade do século XIX. Mergulhar em tal problemática, também debatida aqui nesta obra, tem sua centralidade para entender tal processo político contemporâneo. Apenas o pragmatismo político explica tal aproximação?

Os elementos contemporâneos após 2008 carregam um cenário marcado pela decadência econômica e a busca da retomada da taxa de lucros do capital, a constante migração massiva em diversos pontos do planeta, especialmente no sentido “sul-norte”, o desemprego e precarizações extremas da força de trabalho. A falta de respostas de governos de diversas matizes distintas da extrema direita, entre outros fatores, se somam num caldeirão que permite a nova germinação de valores se não esquecidos, bastante minoritários no pós 2ª Guerra Mundial. Assim, neste momento em que o pêndulo político global se movimenta à direita, organizamos esta publicação e convidamos à sua leitura. É pretendido aqui discorrer sobre características, origens, concepções e práticas das “direitas”, em suas diversas matizes, priorizando a compreensão deste problema na contemporaneidade, mas debruçado na longa duração para a devida e aprofundada análise do tema.

Para tal objetivo, onze autores com seus respectivos artigos estão aqui elencados. **Michael Löwy** abre a série de capítulos desta obra discorrendo sobre a amplitude planetária da ação da direita extrema, dialogando com conceitos como fascismo, populismo e neofascismo, colocados à luz da prática política destes partidos e governos espalhados por inúmeros países. Ainda na perspectiva transnacional, fundamental ao tema, **Hernán Ramírez** traz a origem do neoliberalismo, especialmente no Cone Sul americano, e o relaciona com as engrenagens de sistemas autoritários praticados nos Estados da região e chega, temporalmente, a debater tal relação no tempo presente.

**David M. Montenegro** analisa a ascensão do governo Bolsonaro dialogando com o conceito de fascismo dependente pensado na longa duração, tendo como partida os regimes civis militares surgidos da década de 1960 em diante no espaço latino-americano e superando as variadas experiências de esquerda que assumiram o poder a partir do final do século passado. Na perspectiva do tempo presente, **Rejane C. Hoeveler** traz em seu capítulo um estudo sobre as múltiplas relações políticas, militares e empresariais entre as extremas-direitas latino-americanas, bem como suas conexões no último período, especialmente com a eleição de Jair Bolsonaro.

O capítulo escrito por **Celina Lerner** utiliza grafos que demonstram as relações entre mais de nove mil grupos no Facebook que formaram a rede libero-con-

servadora atuante nos últimos anos no Brasil. Uma impressionante radiografia deste instrumento utilizado pelos setores de direita com grande competência e ousadia neste período recente. Por sua vez, **Fabiano Godinho Faria** resgata a Doutrina da Guerra Revolucionária, uma espécie de “teoria da conspiração” importada do exército francês no final da década de 1950, que se tornou a alma da conspiração que derrubou João Goulart. No governo de Jair Bolsonaro, em pleno século XXI, essa mesma doutrina está sendo novamente resgatada das cinzas para justificar o renovado combate à ameaça do comunismo.

Navegando de forma comparativa entre os primeiros períodos republicanos de Brasil e Portugal, **Felipe Cazetta** retrata o embate do integralismo lusitano e brasileiro contra o liberalismo, as correntes socialistas bem como às formas democráticas, mesmo mínimas, de organização societal. No mesmo período histórico, **Cícero João da Costa Filho** analisa a trajetória intelectual de Gustavo Barroso, com destaque ao antissemitismo como elemento fundamental do projeto integralista do qual este intelectual nordestino ocupava a função de chefe da milícia. Nestes dois artigos, o integralismo é desnudado como importante corrente conservadora do início do século passado.

**Fabio Gentile** pensa em seu artigo configurações ideológicas e as organizações políticas da direita brasileira contemporânea. Traz e analisa a categoria de direita “plural”, destacando a tensão liberalismo-autoritarismo, algo presente na história do Brasil. Assim, o fenômeno da direita brasileira é pensado pelo autor numa perspectiva histórica e vinculado às tradições doutrinárias de longa duração. Por seu turno, **Mauro Luiz B. Marques** apresenta uma análise contextualizada da série distópica de imenso sucesso “O Conto da Aia”. Indo bem além do conteúdo da série em si, o autor relaciona a proposta ficcional distópica da autora com o cenário estadunidense, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, bem como desnuda aspectos centrais da doutrina ultra-liberal e ultraconservadora daquele país.

**Michelangelo Torres** aborda uma análise crítica dos primeiros 18 meses da política educacional do governo de extrema direita no Brasil. O andamento da análise recai sobre as continuidades e descontinuidades da política educacional no governo Bolsonaro em relação a governos que o precederam. A hipótese é que há, por um lado, o intuito de uma consolidação ideológica de base conservadora que pretende impor, por viés autoritário, uma nova face à educação no País com requinte de perversidade e obscurantismo (apoiado no conservadorismo e em um grupo fundamentalista de extrema direita), no intuito de ceifar qualquer perspectiva de autonomia ou pensamento crítico.

Tais textos analisam as práticas políticas libero-conservadoras-autoritárias planetárias, com destaque ao cenário nacional. Esta coletividade de autores espera contribuir para o pensamento crítico, libertário e de resistência a um mundo em disputa e que, perigosamente, pode voltar a beirar o obscurantismo societal.

### **Os organizadores**

*Fabiano G. Faria & Mauro Luiz B. Marques*

# Ultraliberalismo autoritário é o aprofundamento da dependência: o governo de extrema direita no Brasil no contexto da crise latino-americana



*David Moreno Montenegro<sup>1</sup>*

## **Governo Bolsonaro, ultraliberalismo autoritário e a reabilitação do “fascismo dependente”**

No primeiro ano de governo, Jair Bolsonaro capitaneou intenso ataque às instituições científicas, às universidades e ao pensamento crítico<sup>2</sup>. Além disso, tem investido com ímpeto contra a produção cultural do país, cujo paroxismo foi levar à UNESCO um discurso ultraconservador, tomando como inimigo um delirante “globalismo”, que estaria por trás “da ideologia de esquerda”, que através da “propaganda ideológica e doutrinação” estaria travando uma “guerra cultural” com a finalidade de destruir os “princípios poéticos sagrados” do povo brasileiro. O secretário do governo na área da cultura anunciou que o objetivo seria promover o “conservadorismo em arte”, de modo alinhado ao que chamou de “grandes realizações de nossa civilização judaico-cristã”.<sup>3</sup>

- 1 Doutor em Sociologia (UFC) e professor de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). E-mail: davidmoreno@ifce.edu.br. Coordenador do Centro de Estudos Políticos e Sociais (CENTELHA).
- 2 GORTÁZAR, Naiara Galarraaga. Bolsonaro ataca la universidad pública, la ciencia y el pensamiento crítico. [https://elpais.com/sociedad/2019/05/11/actualidad/1557603454\\_146732.html](https://elpais.com/sociedad/2019/05/11/actualidad/1557603454_146732.html). **El País**, 13 may 2019. Acesso em: 14 mai. 2019.
- 3 CHADE, Jamil. Secretário diz na UNESCO que arte brasileira servia para “projeto absolutista”. <https://noticias.uol.com.br/columnas/jamil-chade/2019/11/20/secretario-diz-na-unesco-que-arte-brasileira-servia-a-projeto-absolutista.htm>. **UOL**, 20 nov. 2019. Acesso em: 20 nov. 2019.

Nas primeiras semanas de novembro de 2019, o presidente, a parte dissidente de seu antigo partido (PSL)<sup>4</sup> e os seguidores fiéis criaram legenda política denominada Partido Aliança pelo Brasil (APL), cujo lançamento aconteceu em Brasília, com a instituição de comissão provisória para operar sua executiva.<sup>5</sup> Sob aplausos da plateia que lotava um hotel de luxo na capital federal, Jair Bolsonaro foi anunciado como o presidente da legenda e seu primogênito, o senador Flávio Bolsonaro, vice. No discurso de lançamento do partido, foram destacados como objetivo o “combate à degradação da moral, boas práticas e costumes”, sob a “providência divina”, com respeito a “Deus e ao cristianismo em suas várias vertentes e expressões”, atacando o “globalismo”, a “ideologia de gênero”, o socialismo e o comunismo.

Em 25 de novembro de 2019, o presidente divulgou o envio ao Congresso Nacional de projeto de lei que pretende assegurar o “excludente de ilicitude” a agentes de segurança pública em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Assim, teriam penas abrandadas os agentes que cometessem excessos “sob escusável medo, surpresa ou violenta emoção”. Seu objetivo é combater protestos que se configurem, em sua visão, como “atos terroristas”. Além disso, pretende expandir a possibilidade do emprego da GLO pelo Governo Federal em processos de reintegração de posse de propriedades rurais<sup>6</sup>.

Em entrevista para tratar das recentes medidas econômicas do governo, Paulo Guedes, ministro da Economia, disse que se os protestos se alastrassem no Brasil — a exemplo do Chile,<sup>7</sup> em convulsão contra as medidas neoliberais do presiden-

4 No mês de outubro de 2019, eclodiu profunda crise entre Jair Bolsonaro, seus filhos parlamentares e o presidente do Partido Social Liberal (PSL), Luciano Bivar, cujo epicentro foi a disputa pelo controle das verbas públicas destinadas às campanhas eleitorais da legenda em 2020, além de divergências na condução dos escândalos envolvendo supostas irregularidades no financiamento de candidaturas em 2018.

5 SOARES, Jussara; MAIA, Gustavo; TRINDADE, Nara. Bolsonaro será o presidente do partido Aliança pelo Brasil; Flávio assumirá a vice-presidência. <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-sera-presidente-do-partido-alianca-pelo-brasil-flavio-assumira-vice-presidencia-24091786>, **O Globo**, 21 nov. 2019. Acesso em: 21 nov. 2019.

6 FERNANDES, Talita. Bolsonaro diz que excludente de ilicitude em operações de segurança impedirá protestos. **Folha de São Paulo**, 26 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/bolsonaro-diz-que-excludente-de-ilicitude-em-glo-impedira-certo-tipo-de-protestos.shtml>. Acesso em: 26 nov. 2019.

7 O anúncio de novo aumento nas tarifas de metrô e ônibus em Santiago, em 4 de outubro de 2019, foi o rastilho de pólvora que permitiu que os representantes do *Instituto Nacional y Liceo Arturo Alessandri Palma* iniciassem mobilizações estudantis na cidade. Organizaram suas ações, territorialmente, através de comunas formadas pelos estudantes secundaristas de cada Liceu, que deveriam pular as catracas da estação de metrô mais perto de cada escola. O governo de Sebastián Piñera acionou a Lei de Segurança Nacional e intensificou a repressão sobre os estudantes e trabalhadores que se somavam às ações. A violência estatal não foi capaz de impedir que fossem expostas as fraturas sociais causadas por trinta anos de neoliberalismo, com aprofundamento das desigualdades sociais, cujos efeitos mais visíveis são a deterioração das aposentadorias e pensões, precarização das relações de trabalho e encarecimento da vida por meio da privatização e aumentos constantes dos serviços essenciais. Seguiram-se dois dias de greve geral, convocada pelos principais sindicatos e movimentos sociais do país. Ganharam protagonismo as diversas organizações feministas e estudantis. Contra a barbárie neoliberal, os manifestantes reivindicam, em passeatas massivas na Plaza Italia e em assembleias de

te Sebastián Piñera —, “não se assustem então se alguém pedir o AI 5<sup>8</sup>. Já não aconteceu uma vez?”. Guedes expressou este comentário na linha do que fizera o filho do presidente e deputado Federal Eduardo Bolsonaro, há menos de um mês, ao dizer, em entrevista, que “um novo AI 5 poderia ser editado” como resposta a possíveis radicalizações de oposições da esquerda<sup>9</sup>.

Não é difícil constatar que, no interior das forças políticas, econômicas e sociais que compõem o governo de extrema direita no poder, há a movimentação de setores abertamente fascistas, embora esses não tenham logrado construir unidade ideológica capaz de dar sedimento e organicidade para consolidação de um *Estado fascista* clássico, instaurando, por sua vez, um *regime* de longa duração. Entretanto, estamos às voltas com traços do que Theotonio dos Santos (2018) denominou de *fascismo dependente*, ao analisar os governos autoritários nos anos 1960-70, porém num contexto econômico de implementação de agenda ultraliberal antinacionalista, com traços políticos autoritários, de descenso organizativo das forças políticas progressistas e desidratação da sua capacidade de avançar na construção de projeto político alternativo.

Neste ensaio, pretendo analisar a ascensão do governo de extrema direita no Brasil, com traços do fascismo dependente, no contexto de interdição do “ciclo de contestação ao neoliberalismo na América Latina”<sup>10</sup> e aprofundamento da crise estrutural do capital, que tem gerado abalos nas estruturas democrático-liberais que marcaram os governos nas últimas décadas na região.

Este processo vem acompanhado da ascensão de ideologia econômica *ultraliberal autoritária*, cuja composição política está expressa na ascensão ao poder de setores antinacionalistas das Forças Armadas, frações sociais de orientação religiosa neopentecostal, extratos da classe média de matiz conservadora e precarizada, além de grupos econômicos representantes da elite empresarial e financeira, carentes de projeto autônomo de desenvolvimento econômico para o país, que vêm promovendo o aprofundamento de um projeto dependente de setores do rentismo internacional.

---

bairros espalhadas por várias cidades do país, a renúncia do presidente e a instalação de Assembleia Nacional Constituinte como primeiros passos para o estabelecimento do que poderá ser celebrado como *novo pacto social*.

8 Os Atos Institucionais foram decretos editados pelos governos militares que se seguiram ao golpe de 1964. Elaborado em 13 de dezembro de 1968 pelo então ministro da Justiça Luís Antônio da Gama e Silva, o AI-5 entrou em vigor durante o governo do presidente Costa e Silva (1967 – 1969), e foi o mais cruel e violento em cercear direitos individuais e garantias fundamentais, bem como viabilizar a intervenção do governo de exceção em estados e municípios.

9 BETIM Felipe. Paulo Guedes repete ameaça de AI-5 e reforça investida radical do Governo Bolsonaro. *El País*, 26 nov. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/22/politica/1574424459\\_017981.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/22/politica/1574424459_017981.html). Acesso em: 26 nov. 2019.

10 OUVIÑA, Hernán; THWAITES REY, Mabel. *Estados en Disputa*: auge e fractura del Ciclo de Impugnación al Neoliberalismo en América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo, 2018.



## Aspectos históricos da formação do *fascismo dependente* na América Latina<sup>11</sup>

A história política do continente latino-americano foi atravessada, no século XX, por ascensão e confronto entre regimes de força, com conteúdo crescentemente fascista, e os movimentos populares, com viés populista, muitas vezes revolucionários e com traços socialistas. No Brasil, embora este conflito de forças não tenha se inscrito entre socialismo ou fascismo, assumiu expressões radicalizadas que opunham, de um lado, o nacionalismo com tendências populistas<sup>12</sup> e, de outro, o liberalismo conservador de caráter autoritário.

O país que emergiu após o golpe militar<sup>13</sup> de 1964 viu a ideologia fascista alçar ao poder central, combinada com diversas forças conservadoras de matiz liberal-autoritária. De forma geral, o que aconteceu no Brasil acabou por engendrar tendência que se verificaria por toda a região, muitas vezes com participação direta do Estado brasileiro, seja como base de apoio militar ou mesmo por meio de intervenção direta em outras realidades nacionais, em articulação com as forças internacionais da onda repressiva que se alastrou - sobretudo a CIA e o Pentágono.

O continente atravessou três décadas que tiveram como característica principal a tendência à radicalização crescente da luta de classes na região, o que aprofundou as rupturas sociais e empurrou as forças políticas para os extremos do espectro político, inviabilizando saídas pactuadas para os impasses políticos, sociais e econômicos gerados pelas contradições e conflitos emergentes.

A tendência à solução extrema no plano político opôs, de forma geral, frentes amplas — compostas por trabalhadores do campo e da cidade, estudantes, setores da pequena burguesia e intelectualidade — aos grupos formados pelas elites econômicas, forças políticas conservadoras, pelas burguesias locais e internacionais e setores médios mais amplos da pequena burguesia, mobilizados pela atuação

11 As reflexões neste tópico partem da tese apresentada por Theotonio dos Santos na Tribuna Internacional sobre o “socialismo no mundo”, realizada em Cavtat, Iugoslávia, em setembro-outubro de 1976, intitulada “O Avanço do Fascismo na América Latina”. Este texto, 40 anos após sua versão mexicana publicada, foi finalmente editado no Brasil como parte da obra *Socialismo ou Fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*, publicada em 2018 pela editora Insular, em sua Coleção Pátria Grande.

12 De acordo com Theotonio dos Santos (2018), o populismo na América Latina foi a forma de expressão e participação política popular desde os anos 1930. Seu elemento central foi “a aliança de classes, ainda pouco definida, em torno da luta pelo desenvolvimento industrial e pela modernização da sociedade. Hegemonizado pelos industriais, técnicos e burocratas estatais, o populismo conquistou a confiança da classe trabalhadora organizada e de setores das classes médias assalariadas, assim como da pequena burguesia” (p. 246).

13 Importante apontar que a denominação “golpe militar” não se refere ao seu “conteúdo social”, ou seja, às frações de classe e setores sociais que orquestraram o golpe e participaram dos governos ditatoriais (como os agentes da grande indústria, da alta cúpula financeira, latifúndio e da grande mídia). O termo diz respeito, como destacou João Quartim de Moraes (2019), “ao núcleo do poder político, concentrado na cúpula das Forças Armadas, que monopolizou o controle do Executivo federal, expurgou o Congresso e domesticou o Judiciário” (p. 43).

corporativa e oligárquica da mídia hegemônica tradicional, que souberam explorar profundamente o fracasso do processo de superação anti-imperialista e antilatifundiário protagonizado pelas forças populares.

O estancamento econômico, as intranquilidades geradas pela escalada da inflação, as incertezas sociais e econômicas provocadas pelos impasses não superados pelos movimentos populares com a falta de apresentação clara de um caminho de mudança profunda na estrutura social abriram as condições políticas, ideológicas e psicossociais para o fortalecimento das forças de direita e ampliação da mobilização de extensas frações sociais da pequena burguesia, em apoio aos movimentos reacionários que, no limite, se constituíram em movimentos golpistas.

Uma vez conquistando o poder, as forças regressivas implementaram uma “situação de terror contrarrevolucionário” (SANTOS, 2018), promovendo o aniquilamento das medidas inconclusas de transformação social das forças populares, taxando-as de anárquicas e perigosas, mobilizando afetos contrarrevolucionários e galvanizando apoios ao golpismo que se consolidou, favorecendo, principalmente, o grande capital nacional e internacional.

Sob o argumento de “restaurar a ordem social perdida”, os movimentos golpistas disseminaram no continente o terror generalizado de Estado, reprimiram as organizações de massa, os partidos de raízes populares e todas as forças sociais, mesmo de viés liberal, que representassem obstáculos às medidas repressivas. Houve forte censura aos meios de comunicação de massa, intimidação e perseguição dos intelectuais e autonomia das universidades, interdição e exílio de políticos opositores, fechamento dos canais de participação popular previstos nas Constituições de corte liberal.

A agenda política liberal aprofundada no continente naquele período - dado o caráter intrinsecamente impopular das medidas econômicas adotadas para beneficiar as forças do grande capital nacional e internacional, restabelecendo, sob novas bases, os princípios mais radicais da livre concorrência - abandonou os compromissos sociais do Estado e teve como contraface a instauração de *estados de exceção*, que se empenharam na destruição das capacidades de reação política das maiorias populares e na restrição das bases democráticas de participação política.

Assim, paulatinamente, construiu-se a ideia de que a “eficiência” e a “produtividade” seriam os verdadeiros objetivos econômicos a serem buscados, em detrimento da “distribuição de renda e direitos sociais”, em que o Estado deveria ter uma atuação de alta eficiência na garantia do desenvolvimento e acumulação capitalista, garantindo a liberdade dos agentes financeiros e produtivos, desburo-

cratizando e desregulamentando as legislações de proteção ao trabalho e os processos de circulação do grande capital.

Contraditoriamente, mesmo desempenhando um papel de intervenção voltado para o processo privado de acumulação das frações mais poderosas do capital privado, o Estado aprimorou seus instrumentos de intervenção social por meio da ampliação do poder de acumulação das empresas estatais, levando-as a atuar em setores extremamente lucrativos, cada vez mais cobiçados pelos setores econômicos privados, o que despertou movimentações no sentido de limitar o poder interventivo do Estado nos processos econômicos.

Assistiu-se a um conflito, no interior dos setores dominantes golpistas, entre a tecnocracia e a burocracia estatal - ávidas por ampliarem seu poder de intervenção e regulamentação - e as frações do capital com interesses em viabilizar e aprofundar a ideologia liberal. Essas tensões caracterizaram as ditaduras latino-americanas, que constituíram fenômenos com relativa duração histórica e tenderam à instauração de regimes totalitários de caráter fascista, embora com traços dependentes e atípicos.

Esbarramos, aqui, em uma aparente contradição: se o Estado fascista, numa perspectiva clássica, visa à eliminação da distinção entre a sociedade civil e o Estado, a supressão do sistema pluripartidário em nome do partido único como extensão do próprio Estado e promover a militarização da vida social, como conceber sua articulação e expressão econômica enquanto Estado liberal? Cabe lembrar a consideração de Theotonio dos Santos (2018) quando destacou que o Estado fascista não se diferencia do Estado liberal em sua essência, mas tão somente em sua forma<sup>14</sup>. Desse modo,

O fascismo não elimina a propriedade privada, a organização empresarial e o direito civil burguês, fundamentos da própria sociedade que procuram eliminar no âmbito do direito público. Além disso, o fascismo favorece de maneira especial os monopólios, ao estimular todos os fatores responsáveis pela concentração econômica e centralização financeira, e ao subordinar a classe trabalhadora a condições negativas de negociação econômica que facilitam a superexploração da força de trabalho e,

14 Discutindo a dimensão funcional do Estado na manutenção de suas bases, fincadas nas relações de exploração e subsumção próprias das sociabilidades inscritas na lógica de reprodução do capital, argumentei: “O exercício do poder do Estado, na aplicação de meios violentos, seja por meio de emprego das forças militares ou mesmo mediante manobras econômicas capazes de gerar danos imensos a outros Estados, permite utilizar instrumentos e práticas que, inclusive, subvertem princípios já consagrados em determinadas sociedades, contrariando a vontade popular das maiorias sociais, além de atacar os poucos espaços democráticos conquistados pela classe trabalhadora em décadas de enfrentamento contra as forças avassaladoras do capital. E tudo isso mantendo o aspecto de legalidade do ponto de vista jurídico” (MONTENEGRO, 2018, p. 224).

consequentemente, a realização de altas taxas de lucro que se revertem em favor do grande capital, do monopólio, e do processo de concentração como um todo. *Consequentemente, o fascismo, apesar de sua aparência ideologicamente totalitária, economicamente estatista, e politicamente anti ou unipartidista – isto é, antiliberal em seu conjunto – não deixa de ser uma expressão extrema dos elementos constitutivos da ordem liberal capitalista.* A polarização entre liberalismo e fascismo, apesar de ser real e de expressar estágios distintos do capitalismo, não é absoluta. Tampouco é absurdo pensar em um regime misto entre fascismo e liberalismo político, no qual este ou aquele aspecto predomine (SANTOS, 2018, p. 87, grifos nossos).

Pode-se afirmar que em sua essência, portanto, o fascismo só encontra possibilidade de triunfo e conversão em um *regime* permanente quando certas condições históricas se cumprem. Quando consideramos os anos 1960 e 1970, é possível observar a necessidade de confluência dos seguintes elementos: a) existência de ameaça aberta ou iminência de eclosão de revolução popular de corte proletária — ou que assim seja percebida por frações expressivas da pequena burguesia e setores dominantes do grande capital; b) a necessidade de construção de uma unidade nacional que permita a burguesia a se valer de expedientes excepcionais para assegurar seu poder; c) por fim, que fique evidente a incapacidade do Estado democrático-liberal ou das formas pouco articuladas de Estados de exceção em garantir sua legitimidade social e consequente estabilidade política, necessárias ao capitalismo em expansão.

Entretanto, pensar a questão do avanço do fascismo no continente latino-americano exige se considerar as diferenças históricas que marcam a formação social dos territórios que o compõem; os traços que caracterizam o subdesenvolvimento do capitalismo dependente; a precária formação das burguesias locais e o grau de subserviência de seu processo de consolidação frente às forças econômicas internacionais do imperialismo; a inserção de suas economias no capitalismo mundial, que experimentou, no século XX, alto grau de integração sob a hegemonia dos Estados Unidos, com enorme poder concentrado em seletos grupos de multinacionais, que reuniam tecnologias e capital em escala global, deixando pouco espaço para concorrência das burguesias nacionais recém-industrializadas.

É inevitável reconhecer que o desenvolvimento capitalista dos países dependentes refletia as tendências e dinâmicas internacionais do período observado. Se, por um lado, as burguesias locais em formação, diante da impossibilidade de concorrência e superação das forças econômicas externas (nos anos 1930 representadas, principalmente, pelas economias dos EUA e da Inglaterra), viam no

modelo de organização social do fascismo italiano e no nazismo alemão possibilidades de diferente caminho político. Por outro lado, as cópias latino-americanas do fascismo

Nunca conseguiram identificar-se com esses regimes porque, se bem respondiam a um impulso nacionalista e de crescimento industrial similar ao italiano, eram obrigados a apoiar-se em bases sociais distintas. A pequena burguesia latino-americana se mostrava insuficiente para liderar um processo fascista, o grande capital tradicional agrícola, comercial e bancário tinham que abrir caminho a uma burguesia industrial nascente que procurava se apoiar no Estado e utilizar a seu favor a classe trabalhadora. As formas corporativas para as quais o Estado Latino-americano se encaminhava expressavam, assim, um ideal libertador, e não reacionário, mas ao mesmo tempo alienavam o movimento popular ao capital industrial e a uma ideologia nacionalista burguesa, autoritária e desmobilizadora do propósito revolucionário da classe (SANTOS, 2018, p. 90).

Esta ambiguidade na constituição da base social de sustentação de governos que foram, em algum momento, acusados de fascistas (como o primeiro governo Vargas, no Brasil) fez com que, a partir de suas oscilações e vicissitudes políticas, fossem reabilitados e interpretados em sentido oposto: caracterizados como democratas, antifascistas e anti-imperialistas. Esse movimento analítico, porém, desconhece a natureza contraditória da formação social desses processos sociais e políticos. Tal ambiguidade se revelaria mais uma vez no período histórico subsequente, quando ascenderam ao poder governos de força em oposição aos “herdeiros” do “populismo anterior ou das expressões mais conscientes do reformismo e da revolução popular” (idem, 2018, p. 90).

A tentativa das burguesias locais de impulsionar o desenvolvimento industrial com base no capital nacional, na defesa e ampliação do mercado interno a partir de medidas de protecionismo cambial, na importação de tecnologia e em medidas de desenvolvimento econômico (processos desencadeados nos períodos da grande depressão mundial de 1929-1934, durante a débil recuperação de 1935-1948 e na Segunda Guerra Mundial de 1939-1945) foi interrompida pela recuperação das burguesias internacionais, que passaram a ocupar o espaço das burguesias locais no momento do novo ciclo de expansão capitalista em âmbito mundial no pós-Segunda Guerra.

O velho modelo de desenvolvimento nacional-democrático, com burguesias locais que se desenvolveram rapidamente no período das crises internacionais,

entrou em rota de colisão com o novo modelo de acumulação, que tinha em seu centro o capital multinacional, com seu aparato financeiro internacional, o domínio do complexo industrial-militar e o domínio tecnológico na corrida da revolução técnico-científica. Diante da necessidade de levar a cabo o enfrentamento às forças do imperialismo, as burguesias locais capitularam, procurando se integrar, nas melhores condições possíveis, ao capital internacional. Os setores populares, fortalecidos no período anterior, principalmente as bases operárias e pequeno-burguesas, prosseguiram alimentando um programa nacionalista e democrático, com traços cada vez mais estatista, intervencionista e anti-imperialista.

A reação imperialista a esses movimentos que apontavam para possibilidades de transformação política e social, protagonizados por setores populares que se fortaleciam, foi mobilizar os meios econômicos, políticos e técnicos para atacar três pilares fundamentais: reforma da economia nacional com reorientação estratégica de alinhamento às forças do capitalismo externo; reforma política com interdição de espaços de participação democrática popular, substituindo-a pelo “tecnicismo burocrático” especializado e orientado à eficiência do mercado; e repressão política como forma de aniquilar qualquer possibilidade de reação organizada dos setores populares. E foi por meio da doutrina da “Segurança Nacional” como base ideológica de unificação da maior parte das Forças Armadas que se instalou no Brasil um Estado de exceção que exerceu o poder por 21 anos. Por outro lado,

Seu conteúdo fascista guarda pouca semelhança com o fascismo clássico, porém é muito claro: esta ideologia substitui a figura do chefe por uma elite tecnocrática militar e civil; a do partido, pelo aparato burocrático nacional militar; em contrapartida, a ideia da repressão e da ordem como fatores de desenvolvimento nacional e de uma nação forte é tipicamente fascista. O movimento fascista de base só é necessário para desestabilizar o governo popular que se quer derrotar. Também foram utilizadas milícias e grupos paramilitares para diminuir a responsabilidade direta das forças armadas nas tarefas mais sujas da repressão. No entanto, sempre foi preciso controlar e subordinar tais aparatos (formados muitas vezes por militares aposentados, policiais e até mesmo militares em atividade), que por vezes tendem a certa autonomia e a uma violência irracional (SANTOS, 2018, p. 90).

É possível perceber que os fascismos dependentes latino-americanos possuem características que os afastam das formas clássicas, como os surgidos na Europa. Primeiro, foram estruturados em Estados impostos ao conjunto da população, cujo controle fora exercido por elites locais, em estreita articulação com as forças e interesses do capital internacional. O caráter entreguista e pró-monopólico que orienta os setores dominantes do Estado fascista impede a subordinação orgânica

da classe trabalhadora e da pequena burguesia aos seus interesses, conferindo-lhe a necessidade de estabelecer mediações muitas vezes corporativas, o que possibilita certa autonomia do *movimento* político fascista em relação ao Estado.

Essas contradições internas debilitam esses regimes, criando estreita - porém concreta - margem de sobrevivência dos movimentos populares, o que exige do Estado contínua ação repressiva para superar a dificuldade da falta de legitimidade ideológica. Por fim, a sobrevivência dos fascismos dependentes se deu mais em função “da apatia política de amplos setores pequeno-burgueses e de trabalhadores do que da capacidade real de conquistar seu apoio efetivo. O fascismo atual se mostra, portanto, politicamente mais frágil do que os modelos clássicos” (SANTOS, 2018, p. 93).

Embora distinto do que podemos denominar de experiências dos fascismos clássicos, o *fascismo dependente* conformou intensos processos repressivos, com a supressão dos espaços de participação política e profunda militarização da vida social. Além disso, pavimentou o caminho para o aumento da pilhagem das riquezas nacionais, mediante a blindagem do alinhamento das forças burguesas locais aos interesses das multinacionais e do capital financeiro internacional em expansão, o que impôs duras perdas aos trabalhadores por meio da recorrente superexploração da força de trabalho.

Importante destacar que nos anos 1970 a profunda crise impediu que o nacional desenvolvimentismo continuasse a implantação de um setor industrial completo no país, capaz de permitir um desenvolvimento endógeno forte, que conferisse mais autonomia na definição dos próprios rumos nacionais, como já havia demonstrado Celso Furtado<sup>15</sup>. Com a crise de sobreacumulação batendo à porta, o capital internacional foi buscar nos países “em desenvolvimento” o mercado que já não encontrava no mundo desenvolvido. Assim, o Brasil tornou-se “objeto do deslocamento espacial do capital do centro, fazendo com que o processo de acumulação ‘determinado desde dentro’ fosse comandado, nos setores mais dinâmicos da economia, pelas necessidades e imperativos... de fora” (PAULANI, 2019, p. 52).

Além do mais, quando Theotonio dos Santos elaborou suas reflexões sobre o que denominou *fascismo dependente*, temas como globalização, neoliberalismo, mundialização do capital, reestruturação produtiva, financeirização das economias não faziam parte do debate intelectual público ou, quando muito, estavam restritos a alguns círculos acadêmicos. Questões hoje importantes no campo das ciências sociais - como as expressões do racismo, as várias formas de feminismos, a questão ambiental e o combate às diversas opressões sociais - ainda eram abordadas de forma colateral. Dessa forma, o que justificaria o resgate da noção

15 FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.



de fascismo dependente para pensarmos as características que marcam a ascensão de experiências de governo com marcas autoritárias, a exemplo do governo Bolsonaro?

Por outro lado, não se pode esquecer que o arsenal conceitual mobilizado pelo autor em suas análises levava em conta, mesmo que de forma pressuposta, a posição subserviente das economias dos países periféricos frente às economias centrais do capitalismo, a integração dependente no mercado global daquelas economias e as distorções geradas por esta condição estrutural de dependência - como as desigualdades sociais, o subdesenvolvimento e a superexploração da força de trabalho, questões agravadas pela ação sistemática de pilhagem promovida pelo imperialismo<sup>16</sup> das economias mais poderosas.

Embora seja possível argumentar que o Brasil de hoje não é o do passado, tampouco a América Latina pode ser considerada a mesma de outrora. Entretanto, numa perspectiva analítica mais abstrata, pode-se constatar que as questões estruturais subjacentes às análises realizadas na extensa obra de Theotonio dos Santos continuam candentes em toda a região, o que garante a permanência do potencial analítico-explicativo de seus conceitos, dimensão que não afasta a necessidade de eventuais reformulações ou atualizações teóricas, mediante o escrutínio das especificidades políticas e econômicas de cada período histórico <sup>17</sup> e o debate honesto de ideias <sup>18</sup>.

Nos últimos trinta anos, o Brasil abandonou a experiência repressiva dos governos militares e promulgou, em 1988, nova Constituição, que inaugurou o que se convencionou chamar de Nova República. Atravessou governos de aberta perspectiva neoliberal, vivenciou a experiência de governos progressistas, de matiz conciliadora com o grande capital, mergulhou numa profunda crise econômica e

---

16 Para uma discussão sobre o lugar ocupado pela América Latina nas disputas das nações hegemônicas no capitalismo contemporâneo, ver Boron (2014).

17 O economista Marcelo Carcanholo (2018) lembra que as economias dependentes latino-americanas se inserem de forma subordinada na divisão internacional do trabalho que caracteriza o capitalismo mundial. Dessa forma, “[...] os determinantes estruturais dessa condição dependente são constituídos por distintos mecanismos de transferência do valor produzido nos capitalisms dependentes que são apropriados e, portanto, fazem parte do processo de acumulação das economias centrais, imperialistas. *Além desses determinantes estruturais, que caracterizam essas economias desde seu passado colonial, determinações histórico-conjunturais também são importantes para as possibilidades e limites dessas economias dependentes*” (CARCANHOLO, 2018, p. 23, grifos nossos).

18 Monumental esforço para realização de balanço crítico, considerando as variações e vertentes teóricas construídas desde a década de 1960 sobre a teoria da dependência, foi realizado pelo economista Claudio Katz. Em sua obra *La Teoría de la Dependencia: cincuenta años después* (2018), além de percorrer as distintas modalidades de enfoques da teoria da dependência desde suas origens, Katz argumenta que para compreender o subdesenvolvimento em que está mergulhada a América Latina nesses tempos, é necessário revisitar esta teoria e, através de um processo de renovação teórico e político, promover a reconstrução das teses explicativas do capitalismo dependente. É o próprio Katz que nos lembra que Theotonio dos Santos “[...] trabajó en una tradición de abordajes más familiar a Lenin que a los modelos abstractos de El Capital. Por eso, incursionó en detalladas reflexiones sobre el Estado, las clases dominantes y la burocracia que, en su obra posterior, asumieron controvertidas connotaciones” (KATZ, 2018, p. 18).

política, que abriu espaço para um golpe parlamentar em 2016<sup>19</sup>, com forte realinhamento das forças econômicas, mobilização de setores sociais e políticos profundamente conservadores, alguns com características fascistas, e implementação de agenda econômica ultraliberal, culminando, em 2019, com a posse do primeiro presidente eleito de extrema direita.

Nesse sentido, em que medida seria conceitualmente rigoroso pensarmos o caráter do atual governo de Jair Bolsonaro a partir de reflexões que resgatem a noção de *fascismo dependente*? Responder esta questão implica em analisarmos o atual contexto político nos marcos estruturais do processo de acumulação do capital e seus reflexos sobre as experiências das economias periféricas em geral e da brasileira em particular, levando em conta as profundas transformações experienciadas nos últimos anos pela sociedade brasileira, no contexto de crise que se abate sobre toda a América Latina.

## **Crise na américa latina: fim do “ciclo de contestação ao neoliberalismo” e a ascensão do ultraliberalismo autoritário**

As últimas décadas do século XX foram marcadas por um amplo desmantelamento de direitos sociais e trabalhistas, protagonizado por poderoso *lobby* empresarial e apoio parlamentar nas democracias liberais do centro capitalista, mas que se espalharam, com suas particularidades, por toda a periferia do capitalismo. De forma avassaladora, um profundo processo de expropriação de direitos foi levado a cabo, assegurando, por outro lado, a sobrevivência legal e a permanência das instituições democráticas liberais, conservando, ainda, os processos eleitorais, que contavam com a forte sustentação midiática e parlamentar (FONTES, 2010).

De acordo com Fontes (2010), os ataques aos direitos sociais ocorreram a partir de um duplo movimento de coerção: o primeiro se deu pela ameaça de demissões, deslocamentos de empresas, eliminação de postos de trabalho em geral;

19 Aqui o termo é empregado no sentido atribuído por Wanderley Guilherme dos Santos (2017). O autor aponta que é um equívoco acreditar que compreender o golpismo em suas formas contemporâneas seja investigar acontecimentos que ocorrem de forma paralela ao fenômeno democrático. Não se trata, portanto, de examinar as interferências golpistas como se fossem resultado do esgarçamento do equilíbrio necessário para manutenção da governabilidade, nem mesmo situá-lo como efeito que extrapola os limites da admissibilidade institucional. Movimentos próprios de democracias representativas, os golpes parlamentares operam rupturas que buscam preservar o “efeito-legalidade” das instituições, a rotina administrativa, realizando, por outro lado, a alteração da “hierarquia das preferências governamentais, substituindo o luzeiro teológico, a finalidade que, alegadamente, preside as decisões subversivas” (SANTOS, 2017, p. 13). Nesse sentido, diferem-se dos golpes militares por não gerarem amputações nas instituições no que concerne às suas prerrogativas. Arremata Santos (2017, p. 16): “[...] a cerimônia do golpismo parlamentar contemporâneo mantém quase intocados os ritos costumeiros, mas obedece a roteiro especial na proposição de leis e na utilização de rotinas conhecidas para extensa subversão política, econômica e social da ordem destituída”.

o segundo, pela coerção efetivada, por meio da imposição de tais ameaças ou pelo enfrentamento de reminiscências resistências sindicais. Desse modo, aprofundaram-se as formas de convencimento,

Em geral lastreadas em táticas comuns empregadas em diferentes países, evidenciando não apenas a imposição de políticas formuladas em polos comuns de dominação [...], mas também como um aprendizado comum, uma vez que tais táticas foram também utilizadas no interior dos países predominantes, seja nos Estados Unidos ou nos países europeus (FONTES, 2010, p. 55).

Na América Latina, desde o final da década de 1940, como já destacado no tópico anterior, os interesses norte-americanos foram paulatinamente se afirmando em todo o continente como forma de consolidar o capitalismo. O ingresso das megacorporações marcou a entrada do capital financeiro, responsável pela desnacionalização das indústrias latinas, configurando um quadro de subserviência do capital interno às economias do centro. Assim, as indústrias nacionais foram absorvidas pelo capital estrangeiro dominante, que passou a contar, ainda, com a atuação incisiva dos organismos multilaterais de crédito, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial - que, por intermédio do sistema da dívida pública, impuseram uma condição de extrema dependência e subalternidade às economias de toda a região.

Desse modo, é neste cenário marcado por aspectos históricos que remontam aos investimentos diretos de capital externo, em forte atuação com seus braços institucionais (organismos multilaterais de financiamento, corporações e governos locais) - articulado com as burguesias nacionais latinas, posicionadas de modo dependente e subserviente, com inclinações parasitárias e burocráticas, em descompasso com as condições materiais de vida da própria população latino-americana -, que o neoliberalismo se processou após os anos de 1980 e estendeu seus efeitos desertificantes por toda a década de 1990 (ANTUNES, 2004).

As políticas econômicas de ajustes neoliberais implementadas na América Latina, de forma geral, objetivaram a ampliação da integração dependente das economias da região na divisão internacional do trabalho - este cada vez mais globalizado; a racionalização da participação do Estado na economia, de forma articulada com os interesses financeiros forâneos; e a liberalização dos mercados mediante a desregulamentação e desoneração das movimentações financeiras, preços e das atividades produtivas em nome de uma suposta competitividade no mercado global.

Assim, como forma de tornarem-se cada vez mais atrativos para o capital financeirizado, os governos locais promoveram forte reorientação dos marcos le-

gais de regulamentação das relações econômicas, políticas e sociais destes países, por meio de ampliações de incentivos fiscais e desregulamentações trabalhistas, privatizações e endividamento externo, operando uma espécie de “[...] simbiose entre a proposição política autocrática e a essencialidade de fundo neoliberal” (ANTUNES, 2004, p. 10).

De acordo com Behring (2008), as reformas neoliberais se expressaram principalmente na dívida pública dos países dependentes, sendo este o principal mecanismo de pressão das economias centrais sobre os governos locais, alterando, assim, as condições em que os Estados-nações articulavam os compromissos institucionais e arbitravam os conflitos entre os grupos sociais no espaço nacional. Esta prática possui estreita ligação com as operações destinadas, por exemplo, aos salvamentos bancários<sup>20</sup>.

Tais operações deslocam os fundos públicos para injetar ainda mais recursos no sistema da dívida pública, por meio da transferência direta de recursos. Outra engrenagem utilizada para drenar recursos para o sistema da dívida é a “[...] criação de fundos financeiros destinados a acumular recursos públicos para solucionar os problemas do setor financeiro ou para o pagamento de dívidas” (FATTORELLI, 2013, p. 63)<sup>21</sup>. Desse modo, operou-se profundo fracionamento social e territorial, uma vez que, ao seguir o modelo econômico estabelecido pelos organismos multilaterais e economias centrais, viu em risco sua própria soberania, demarcando ainda mais o terreno político, econômico e ideológico dessas reformas.

A América Latina iniciou o século XXI adentrando no que se pode denominar “câmbio de época”<sup>22</sup> a partir do momento em que forças políticas de esquerda e centro-esquerda, após os anos 2000, começaram a ocupar os governos em diferentes países, tais como Venezuela, Brasil, Argentina, Equador, Uruguai e Bolívia<sup>23</sup>.

20 Não bastassem os imensos desafios econômicos que se apresentam, paira certo mal-estar sociológico e intelectual (LÉVY; DUMÉNIL, 2014, p. 192), que parece bloquear a força criativa de perspectivas diferenciadas de superação do atual quadro de crise do neoliberalismo. Para Lévy e Duménil (2014), o atual estágio do neoliberalismo somente pode ser apreendido na medida em que o tomamos como expressão de uma nova fase na evolução do capitalismo, quando consideradas as reminiscências de sua grande crise estrutural da década de 1970, pois “[...] expressa a estratégia das classes capitalistas aliadas aos administradores de alto escalão, especificamente no setor financeiro, de reforçar sua hegemonia e expandi-la globalmente” (LÉVY; DUMÉNIL, 2014, p. 11).

21 Este processo passa por uma poderosa concentração do poder econômico nas instituições financeiras, resultante da combinação de transformações no âmbito da arquitetura corporativa e financeira. Nesse estágio de desenvolvimento do capital em nível global, é possível observar a articulação de padrões mais complexos de classes e suas frações, combinada com a ascensão de uma camada estreitamente gerencial, em geral pertencente aos extratos médios da população e responsável pela manifestação de uma contradição entre a propriedade (posse do capital) e sua gestão.

22 SVAMPA, Maristela. **Cambio de Época, Movimientos Sociales y Poder Político**. Buenos Aires: CLACSO; Siglo XXI, 2008.

23 É comum encontrarmos análises que qualificam esses governos, de modo genérico, como “progressistas”, constituídos na virada para o século XXI: Chávez venceu as eleições em 1998 na Venezuela; Kirchner e Lula foram eleitos na Argentina e no Brasil em 2002; Tabaré Vázquez se tornou presidente do Uruguai em 2005; Evo Morales, da Bolívia, em 2005; Rafael Corrêa, do Equador, e Michelle Bachelet, do Chile, em 2006; Fernando Lugo, do Paraguai, em 2008. Essa “virada progressista” também

Observou, além disso, certo refluxo das políticas de cunho neoliberal no período, prevalecendo uma agenda de maior integração política e econômica entre esses países, maiores esforços no combate à pobreza e às desigualdades sociais. Configurou-se um cenário de crescimento do protagonismo dos movimentos sociais frente à perda de legitimidade dos partidos políticos tradicionais (SVAMPA, 2017, p. 13).

De modo geral, o ciclo de contestação ao neoliberalismo na América Latina<sup>24</sup> possui algumas características centrais que atravessam, com maior ou menor grau, a experiência dos países latino-americanos no início do século XXI: 1) foi um processo que surgiu a partir de intensas mobilizações populares que emergiram ainda nos anos 1990 e atravessaram todo o continente, impondo limites às saídas econômicas propostas pelos governos neoliberais à crise econômica; 2) foi impactado pelo crescimento econômico da China, país que elevou a demanda das *commodities* produzidas na região, permitindo o crescimento econômico e a implementação de políticas redistributivas; 3) recolocou os Estados nacionais na centralidade política na região com maiores margens e autonomia relativa; 4) aprofundou a reprimarização das economias e o extrativismo mediante intensa exploração econômica dos bens naturais, o que gerou embates com as pautas e projetos de movimentos sociais; 5) manteve-se a dinâmica institucional baseada na estrutura representativo-eleitoral, subordinando os ritmos políticos e agendas das organizações populares ao calendário eleitoral; 6) priorizaram-se os pactos de “consumo e empregos”; 7) tentou-se criar uma integração regional para além da liderança dos EUA; 8) mostrou-se insuficiente para impedir a recomposição das forças capitalistas mais agressivas e o fortalecimento político do campo da direita (OUVIÑA; THWAITES REY, 2018).

Entretanto, mesmo diante da tentativa de modificar os rumos dos processos de desenvolvimento na região, não se pode concluir que ocorreu um rompimento efetivo com a lógica neoliberal. A rigor, os setores que continuaram recebendo os maiores aportes de recursos encontram-se no interior da plutocracia nacional e internacional. De modo geral, os setores rentistas responsáveis pela criação dos

---

atingiu a América Central com a eleição de Daniel Ortega, da Nicarágua, em 2006, e de Mauricio Funes, de El Salvador, em 2009. De modo geral, resguardadas as profundas diferenças de cada experiência nacional, no plano da política interna buscaram ampliar a participação do Estado na economia nacional, efetivaram políticas redistributivas e de inclusão social, ampliando a participação política e social de grupos sociais historicamente excluídos — em alguns casos, operando importantes mudanças constitucionais. No plano externo, antagonizaram em seus discursos com os EUA e organismos multilaterais. Em muitos casos travaram conflitos com setores das elites financeiras, empresariais ou agrícolas de seus países, sustentando relação com frações relativamente amplas da sociedade. O *progreßismo latino-americano* carregou consigo a promessa de realizar a democratização de sociedades profundamente conservadoras, atravessadas por formas diversas de autoritarismo, desigualdades e injustiças sociais (CASULLO, 2019).

24 “Ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina (CINAL)” (OUVIÑA; THWAITES REY, 2018).

valores fictícios nos balanços contábeis - que, nos dias de hoje, ocupam o topo de uma cadeia de superexploração da força de trabalho<sup>25</sup> nos mais variados ramos da indústria e serviços que operam intensos processos de expropriação no campo e na cidade - continuaram atraindo a grande parte das riquezas nacionais (FONTES, 2010).

Com efeito, os diversos governos progressistas encontraram alguns limites materiais fundamentais que não conseguiram transpor. De um lado, foram incapazes de promover mudanças estruturais na economia de seus países, mesmo aqueles que conseguiram estabelecer processos de articulação entre massivas mobilizações populares e a dinâmica institucional da política estatal, resultando em mudanças constitucionais importantes, como no Equador e Bolívia, bloqueando o potencial transformador de muitas organizações populares de base. Por outro lado, diante da conjuntura internacional de alta valorização dos preços das *commodities*, da energia e dos minerais - abundantes na região -, persistiram no caminho de inserção passiva e dependente na economia global, com fortes estímulos à reprimarização e ao extrativismo das suas economias<sup>26</sup>.

Na América Latina, o aprofundamento da crise, que eclodiu em 2007-2008 no coração do sistema capitalista, teve efeitos devastadores em toda a região<sup>27</sup>. Diante da desaceleração econômica dos EUA e, depois, da China, as frágeis bases sobre as quais se estruturaram as economias latino-americanas ruíram por completo, o que revelou a permanência da dependência estrutural não superada nos anos de crescimento econômico, alavancada pela reprimarização da economia exporta-

25 A superexploração do trabalho é uma categoria analítica muito cara ao campo da Teoria Marxista da Dependência, desenvolvida em texto clássico de Ruy Mauro Marini, de 1973, intitulado “Dialética de la Dependencia”. Para um resgate crítico da categoria, consultar Carcanholo (2017), Carcanholo e Correa (2016) e Luce (2017).

26 No transcorrer dos anos, as “experiências progressistas realmente existentes” passaram a ser fortemente contestadas não somente pelas políticas neodesenvolvimentistas, mas sobretudo por se apoiar numa lógica extrativista, de conflito e criminalização dos movimentos sociais, principalmente os socioambientais. Ao persistirem as desigualdades, a ausência de transformação na matriz produtiva e a falta de horizonte político alternativo foi gerando uma crescente dissociação entre as narrativas de transformação social que permeavam o campo político da esquerda (aqui compreendendo os movimentos e organizações sociais progressistas e antissistêmicos) e os processos políticos efetivos (SVAMPA, 2017).

27 Para uma boa análise dos desdobramentos da crise financeira de 2007-2008 nas economias mundiais e, em especial, na conjuntura econômica brasileira, ver Gontijo e Oliveira (2011). Nesse período, os “progressismos realmente existentes” entraram numa espiral de crise na América Latina (SVAMPA, 2017), cujos fatores internos têm relação com o aumento da polarização ideológica, a concentração do poder político diante da dificuldade de promover renovação de quadros e das constantes acusações de corrupção contra esses governos. Essas questões, aliadas aos fatores externos (fim do superciclo das *commodities* e ofensiva dos setores rentistas, em sintonia com as burguesias internas), abriram espaço para os golpes parlamentares que geraram a expulsão de Zelaya, em Honduras (2009), a destituição de Fernando Lugo, no Paraguai (2012), o escandaloso *impeachment*, aqui caracterizado como golpe parlamentar, de Dilma Rousseff, no Brasil (2016). Neste mesmo período ocorreu a derrota eleitoral do Kirchnerismo nas urnas, na Argentina (2015), e a perda da maioria parlamentar na Venezuela governada por Nicolás Maduro.

dora e extrativista, além da fragilidade política dos governos, que se mostraram suscetíveis a uma nova onda de tentativas golpistas<sup>28</sup>.

A atual crise tornou mais evidentes os limites do atual sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2002), suas contradições e a perversa arquitetura financeira global, além de seus efeitos devastadores sobre as economias dos países periféricos, permitindo que se vislumbrem as fissuras de um modelo de acumulação que se pretende sem fim, na forma de um crescimento composto indefinido - crise que revela seu caráter cada vez mais “insustentável”.

## Da reabilitação do neoliberalismo ao Golpe de 2016

Desvendando a lógica subjacente ao plano econômico para o país defendido pelos governos petistas, Paulani (2010) destaca que o Partido dos Trabalhadores (PT) resolveu abraçar com toda força o receituário ortodoxo da política econômica conduzida até então no Brasil desde os anos 1990. Desde os primeiros anos, o discurso oficial do governo foi catastrofista, defendendo que, caso não se tomassem medidas duras e de austeridade no plano econômico, todo o projeto de cunho mais social - indicado como plataforma política prioritária - seria inviabilizado.

Foi decretando de modo “branco” um verdadeiro *estado de emergência* que se implementou uma política no terreno da economia nos marcos da ortodoxia econômica neoliberal. Dessa forma, os anos de governo Lula/Dilma representaram a consolidação do Brasil como *plataforma de valorização do valor com dominância financeira*<sup>29</sup>, aprofundando a lógica neoliberal herdada de governos anteriores. Para isso, foi necessário criar uma engenharia política de equilíbrio das contradições e amortecimento dos conflitos sociais - Lulismo -, que abriu espaço para o aprofundamento da lógica neoliberal, cuja promessa seria incluir setores sociais historicamente marginalizados.

Giovanni Alves (2018) chamou a atenção para o “viés politicista” contido nesta pretensão do “Lulismo”, na medida em que prenhe das “ilusões da política reformista no seio do capitalismo”. Assim, parte da explicação do fracasso dos governos de conciliação no Brasil não foi em função da crise política do Lulismo, mas “[...] os limites estruturais do neodesenvolvimentismo dado pela contradição

---

28 Casos mais emblemáticos foram a tentativa de golpe de Estado frustrado na Venezuela, com apoio do governo brasileiro e norte-americano e o golpe de Estado consumado na Bolívia, que contou com extrema violência através de efetiva participação policial e militar nas ações de repressão, além da radicalização político-racista de setores médios da sociedade com o apoio das poderosas oligarquias econômicas bolivianas. Sobre este golpe, consultar: <https://mais.opovo.com.br/colunistas/eliomarde-lima/2019/11/11/artigo----golpe-de-estado-na-bolivia.html>.

29 PAULANI, Leda. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.



entre governo de programática neodesenvolvimentistas e o Estado neoliberal de matriz oligárquico-política” (ALVES, 2018, p. 62). A questão central, portanto, foi que o conteúdo oligárquico-burguês do Estado brasileiro permaneceu intacto desde a ditadura, passando pelo “pacto republicano” da constituição de 1988 e atravessou os governos democrático-populares do PT com seu “reformismo fraco”.

As fragilidades e incapacidades do modelo neodesenvolvimentista, posto em marcha por meio da engenharia política de amortecimento das contradições representada pelo Lulismo, ficaram ainda mais expostas a partir de sua completa deterioração quando os efeitos da crise financeira do capitalismo de 2007-2008 atingiram mais fortemente a economia brasileira. As medidas anticíclicas adotadas no último governo Lula, nos marcos do neoliberalismo, não foram suficientes para evitar o debacle de nossa economia.

A desaceleração da economia, a falta de investimentos privados (setor que não respondeu com investimentos à bilionária desoneração promovida pelo governo Dilma), as pressões inflacionárias, os cortes em investimentos sociais anunciados pelo governo foram o combustível que alimentou a ofensiva midiática, com forte participação de frações da classe média, e a direita neoliberal, que conseguiram articular o golpe parlamentar que derrubou o governo de Dilma Rousseff<sup>30</sup>.

Além do mais, assim como a crise, o núcleo do golpe é fundamentalmente econômico, e buscou, através da derrubada do governo, garantir, por meio de maiores espoliações engendradas por frações burguesas, a ampliação da exploração do trabalho, acelerando as privatizações e se apropriando de maiores fatias dos fundos públicos através da maior financeirização do sistema previdenciário. Assim,

Nos circuitos da crise, a impossibilidade do Governo Dilma e das burocracias sindicais de manter o apassivamento sobre a classe trabalhadora, face o agravamento da situação econômico-financeira, com repercussões no universo do mundo do trabalho - demonstrado no aumento exponencial de greves em todo o território nacional, a partir de 2013 - foi um fator essencial para que a grande burguesia - que nunca, na história desse país, havia lucrado tanto como nos governos petistas - rompesse, mais uma vez, com a democracia formal brasileira, desestruturando o pacto de classe, que já não se apresentava como alternativa mais favorável aos interesses de acumulação do capital (CARVALHO *et al.*, 2019, p. 57).

30 Sobre os elementos políticos que se acumularam no governo Dilma e culminaram no golpe de 2016, é fundamental considerar “[...] os posicionamentos da alta classe média, como força militante em grandes manifestações de rua; a grande mídia e sua cobertura manipulatória sobre as denúncias de corrupção no escândalo do ‘Petrolão’; o apoio irrestrito de setores do capital privado interno e internacional que ambicionavam a privatização da Petrobras e outras empresas estatais, e, ainda, a atuação de grupos políticos interessados em ‘estancar a sangria’, promovida pela Operação Lava-Jato” (CARVALHO *et al.*, 2019, p. 57).

O golpe representou uma nova ofensiva de restauração plena do neoliberalismo<sup>31</sup>, abrindo espaço para o governo ilegítimo, chefiado por Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro - MDB), com apoio dos setores mais conservadores da política nacional, que aplicou à risca o programa econômico<sup>32</sup> alicerçado “[...] no desmonte de direitos sociais, na espoliação das riquezas nacionais e no desmanche de políticas públicas, penalizando, fortemente, a classe trabalhadora e os segmentos mais empobrecidos (CARVALHO *et al.*, 2019, p. 58)”.

Entretanto, ao contrário do que pensa Carvalho (2019), o golpe parlamentar, representado pelo *impeachment*, pôs fim ao equilíbrio conciliatório Lulista **por dentro da democracia formal**, sem arranhar nem operar rupturas em suas estruturas e hierarquias institucionais. Tratou-se de movimento, cada vez mais comum em democracias representativas contemporâneas, de subversão que preservou o “efeito-legalidade” institucional, porém redirecionou os rumos das forças políticas que passaram a colonizar o Estado.

De forma aberta, ao longo dos últimos anos pós-golpe de 2016, efetivou-se, na vida brasileira contemporânea, a deterioração dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. Pode-se apontar como primeiro passo neste sentido a aprovação, pelo parlamento, em dezembro de 2016, de Proposta de Emenda Constitucional (PEC 55)<sup>33</sup> que prevê o congelamento dos investimentos públicos em áreas primárias (como saúde, educação e segurança) pelos próximos vinte anos.

Outro ponto de radical modificação institucional foi a aprovação e sanção da reforma trabalhista, que modificou mais de 100 dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), representando um claro movimento de limitação e extinção de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, conferindo ainda mais poder à classe patronal e ampliando os mecanismos de exploração da força de trabalho cada vez mais precarizada e mergulhada na informalidade. O terceiro forte movimento foi a recente alteração constitucional que modificou o regime previdenciário no Brasil, privilegiando a previdência privada, os bancos privados

---

31 Esta parece ser uma tendência que se verifica em toda a América Latina desses tempos: a retomada do “neoliberalismo sem concessões” com forte base política conservadora que visa a lançar sobre os ombros da classe trabalhadora os custos do ajuste da crise econômica mediante a implementação de “poderosos ajustes fiscais, baseados nos gastos públicos que minimizavam os efeitos sociais do capitalismo dependente; programas de reformas que reforçam as privatizações, abertura de mercados, flexibilização de leis e direitos sociais” (CARCANHOLO, 2018, p. 37). Por outro lado, outra constatação a que podemos chegar é que o tempo da conciliação se esgotou, tornando mais difícil que qualquer projeto alternativo de combate a esta lógica de pilhagem que se reinstala na região, possa estabelecer com os setores antagônicos alguma possibilidade de relação pactuada.

32 Em 29 de outubro de 2015, a Fundação Ulysses Guimarães, entidade ligada ao antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (hoje MDB), apresentou um programa denominado “Uma Ponte para o Futuro” a empresários em São Paulo. O documento é um ajuntamento de propostas de cunho ultraliberal, cuja essência constitui uma total revogação do pacto social estabelecido na constituição de 1988. Este documento, urdido nos porões do golpe de 2016, foi o farol que orientou o governo ilegítimo de Michel Temer.

33 Hoje incorporada à Constituição Federal como Emenda Constitucional 95.

e os investidores estrangeiros ligados ao mercado financeiro, desta vez já no governo Bolsonaro<sup>34</sup>.

## Governo Bolsonaro, ultraliberalismo autoritário e o ressurgimento do “fascismo dependente”

A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro representou a sedimentação no poder do realinhamento de forças sociais e econômicas postas em movimento desde 2013, ano em que a crise econômica se abateu com mais força e intensidade no Brasil. Setores do empresariado produtivo (agronegócio e mineração, principalmente) e elites financeiras, aliados a forças políticas conservadoras, bem como frações da classe média urbana precarizada e instrumentalizada pela atuação vigorosa de poderosos veículos de mídia tradicionais oligopolizados, somaram-se à poderosa burocracia militar para estruturar um governo que foi eleito com discursos que apontam, no campo econômico, para uma gerência ultraliberal da economia, com reformas estruturais, privatizações e desregulamentação econômica, além do alinhamento estreito e submisso à política econômica norte-americana.

Em termos políticos, defende o combate sem tréguas às forças de esquerda, denominadas de “comunistas e bolivarianas”<sup>35</sup>, em nome do que apresentam como defesa intransigente dos “valores da família” contra supostas formas de degradação moral próprias às forças progressistas, identificadas como o grande “inimigo interno” a ser combatido. Nesse sentido, reduzem em importância bandeiras históricas empunhadas por grupos e movimentos sociais de pautas identitárias e de combate às opressões, como os defensores dos direitos humanos, das causas LGBTQI<sup>36</sup>, quilombola, indígena, étnica e racial. Por outro lado, anunciam combate tenaz a organizações políticas que se construíram e legitimaram através de reivindicações e combate à profunda desigualdade social do país, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Inaugura-se, assim, um tempo em que a ascensão da extrema direita ao poder central no Brasil vem acompanhada de avançada deterioração político-jurídica

34 Cabe lembrar o que afirmou Alysson Mascaro (2019): “[...] não há diferença de natureza entre os movimentos que gestam Temer e os que sustentam Bolsonaro. Há, sim, gradações e arranjos específicos, mas o processo que vai do *impeachment* ao governo atual é um golpe conduzido pelas mesmas injunções econômicas, sociais, políticas, jurídicas e culturais [...] o reacionarismo com flertes e fantasias fascistas não é o oposto nem o avesso do golpe; é uma de suas balizas e uma de suas variáveis de sustentação” (MASCARO, 2019, p. 26).

35 Em diversas ocasiões, antes e durante a campanha eleitoral, Bolsonaro atacou os movimentos sociais e partidos progressistas, muitas vezes em tom ameaçador. Ver: MARCELLO, Maria Carolina. “Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”, diz Bolsonaro. **Extra**, 21 out. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro-23174407.html>. Acesso em: 26 jan. 2019.

36 Sigla de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer ou Questionadores e Intersexo.

dos fundamentos do pacto social expressos na Constituição Federal de 1988; em que o combate às desigualdades sociais e o absoluto respeito à pluralidade das formas de expressão da experiência social brasileira deveriam ser bases inatacáveis da vida republicana. Desde o golpe de 2016, operou-se certa suspensão dos balizamentos normativos, de ordem subjetiva e material, que davam suporte às regras de convivência social, então nos marcos da democracia liberal, para dar lugar a uma era de absoluta incerteza sobre o futuro político, econômico e social brasileiro, espécie de mergulho num estado de crise permanente.

O *Ultraliberalismo autoritário*, ideologia econômica que se inscreve num tempo de deterioração das bases democráticas, encontra sua contraface política num movimento de ascendência ao poder de setores antinacionalistas das Forças Armadas<sup>37</sup>, frações de orientação religiosa neopentecostal, extratos da classe média de matiz conservadora e precarizada. Entretanto, não seria suficiente para esses grupos chegarem ao poder do Estado brasileiro não fosse o apoio da elite empresarial extrativista (principalmente do agronegócio e mineração) e financeira, carente de projeto autônomo de desenvolvimento econômico e dependente de setores do rentismo internacional.

Tal aproximação se deu após o aprofundamento dos efeitos da crise financeira de 2007-2008, processo que impôs aos setores econômicos dominantes a necessidade de intensificar os mecanismos de espoliação e superexploração da força de trabalho, bem como os instrumentos de predação e pilhagem financeira dos fundos públicos, porém, desta vez, dispensando antigos instrumentos de mediação, outrora mobilizados por governos conciliadores.

A ameaça da consolidação do fascismo foi encarada como um dos maiores desafios às forças progressistas, democráticas e revolucionárias desde meados da década de 1960. Lá, combatiam-se governos ditatoriais instalados na região latino-americana, que haviam alcançado ao poder mediante golpes de Estado militares com intenso apoio de potências imperialistas.

Naquele período histórico, no interior dos setores dominantes golpistas, havia tensões entre setores tecnocratas e parte da burocracia estatal ávidos por amplia-

---

37 O atual momento de participação das Forças Armadas nas instâncias burocráticas do poder do Estado, em tempos de democracia, somente encontra paralelo nos anos do governo de José Sarney (1985 - 1990). Naquele momento, tratava-se de controlar a transição para a democracia e o avanço das forças progressistas e, ao mesmo tempo, reforçar o poder de um presidente de legitimidade discutível. No entanto, vivia-se um claro recuo das forças de direita e a ditadura militar agonizava, de modo que a dominação indireta de altas instâncias do poder político pelas Forças Armadas era um claro movimento defensivo no sentido de assegurar o privilégio de funções de intervenção interna e uma transição que garantisse a impunidade dos torturadores criminosos. Por outro lado, hoje, “[...] a participação de um forte núcleo de generais no governo Bolsonaro, inscrevendo-se na linha de consequências da mobilização reacionária deflagrada em junho de 2013, busca exercer efeito tutelar duplo e complementar: manter a esquerda na defensiva e estabilizar um regime de direita, com o atual presidente extremista devidamente ‘aconselhado’” (MORAES, 2019, p. 46).

rem seu poder de intervenção e regulamentação, além das frações do capital com interesses em viabilizar e aprofundar a ideologia liberal. Essas tensões caracterizaram as ditaduras latino-americanas, em particular no Brasil, culminando na instauração de regimes totalitários de caráter fascista, embora com traços dependentes e atípicos. Foi no interior dessas contradições que se moveram as forças de resistência e contestação.

Hoje, a reabilitação do neoliberalismo, cujo alinhamento econômico e força política impositiva manifestada pelos setores que compõem o atual governo de extrema direita no país, converteu-se em ultraliberalismo na medida em que não encontra barreiras sociais e políticas capazes de impor limites às suas pretensões de transformação da estrutura econômica do Estado. O componente autoritário se expressa na mobilização do discurso político de guerra permanente aos inimigos, no desprezo pela imprensa e canais de comunicação alternativos ou não oficiais, na operação da máquina estatal, fechando canais de participação da sociedade civil, no apoio a mobilizações sociais com inclinações abertamente fascistas<sup>38</sup>.

Enfrentar a ameaça de sedimentação das formas contemporâneas do *fascismo dependente* no Brasil implica encarar a composição híbrida do governo com sua forte participação de forças militares, numa sociedade de alta militarização da vida social cotidiana, com radicalizada participação de setores sociais de direita e extrema direita na vida política nacional e institucional, cujo fortalecimento de agenda ultraliberal com contornos autoritários vem sendo o ponto central de sua política econômica como forma de reposicionar o Brasil na atual geopolítica do capitalismo mundial, de forma ainda mais dependente. Diante da magnitude do desafio, tudo leva a crer que a luta contra as forças do ultraliberalismo autoritário será longa, difícil e mergulhada em incertezas.

## Referências Bibliográficas

ALVES, Giovanni. Brasil: o futuro do pretérito – notas sobre as perspectivas do trabalho no século XXI. In: MACÁRIO, Epitácio *et al.* (Org.). **Dimensões da crise brasileira**: dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008

38 PASSOS, Úrsula; FABRINI, Fábio; LINHARES, Carolina. Com apoio de Bolsonaro, manifestantes ignoram coronavírus e fazem atos pró-governo. **Folha de São Paulo**, 15 mar. 2020 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/com-apoio-de-bolsonaro-manifestantes-ignoram-coronavirus-e-fazem-atos-pro-governo.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BETIM Felipe. Paulo Guedes repete ameaça de AI-5 e reforça investida radical do Governo Bolsonaro. **El País**, 26 nov. 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/22/politica/1574424459\\_017981.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/22/politica/1574424459_017981.html). Acesso em: 26 nov. 2019.

BORON, Atilio A. **América Latina en la Geopolítica del Imperialismo**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Luxemburg, 2014.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A crise do capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, Epitácio *et al.* (Org.). **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público**. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dependencia, superexplotación del trabajo y crises: una interpretación desde Marx**. Madrid: Maia Ediciones, 2017.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; CORREA, H. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. **Revista da SEP**, n. 44, jun./set. 2016.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. *et al.* **Ciclos petistas de ajustes e suas contradições: condições sociopolíticas para o golpe de 2016**. Temáticas, Campinas, v. 27, n. 53, p. 39, fev./jun., 2019.

CASULLO, María Esperanza. ¿Por qué Funciona el Populismo? El discurso que sabe construir explicaciones convincentes de un mundo en crisis. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores. Argentina, 2019.

CHADE, Jamil. Secretário diz na UNESCO que arte brasileira servia para “projeto absolutista”. **UOL**, 20 nov. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2019/11/20/secretario-diz-na-unesco-que-arte-brasileira-servia-a-projeto-absolutista.htm>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Auditoria cidadã da dívida pública: experiências e métodos**. Brasília: Inove, 2013.

FERNANDES, Talita. Bolsonaro diz que excludente de ilicitude em GLO impedirá certos tipos de protestos. **Folha de São Paulo**, 26 nov. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/bolsonaro-diz-que-excludente-de-ilicitude-em-glo-impedira-certo-tipo-de-protestos.shtml>. Acesso em: 26 nov. 2019.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONTIJO, C.; OLIVEIRA, F. A. DE. **Subprime: os 100 dias que abalaram o capital financeiro mundial e os efeitos da crise sobre o Brasil**. Belo Horizonte: Corecon-MG, 2011.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Bolsonaro ataca la universidad pública, la ciencia y el pensamiento crítico. **El País**, 13 may 2019. Disponível em: [https://elpais.com/sociedad/2019/05/11/actualidad/1557603454\\_146732.html](https://elpais.com/sociedad/2019/05/11/actualidad/1557603454_146732.html). Acesso em: 14 mai. 2019.

KATZ, Claudio. **La Teoría de la Dependencia**: cincuenta años después. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2018.

LÉVY, Dominique; DUMÉNIL, Gérard. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LUCE, M. **Teoria Marxista da Dependência**: problemas e categorias. Uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MARCELLO, Maria Carolina. “Esses marginais vermelhos serão banidos da nossa pátria, diz Bolsonaro”. **EXTRA**, 21 out. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/esses-marginais-vermelhos-serao-banidos-de-nossa-patria-diz-bolsonaro-23174407.html>. Acesso em: 26 jan. 2019.

MASCARO, Alysson. Dinâmica da crise e do golpe: de Temer a Bolsonaro. **Revista Boitempo**, São Paulo, n. 32, maio de 2019.

MÉSZÁROS, Ístiván. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTENEGRO, David Moreno. Nas entranhas da dominação: reflexões sobre a noção de Estado de Direito e o exercício do poder e da violência. In: AZEVEDO, Estenio E. B.; MOTA BRASIL (Orgs.). **Estado de exceção e políticas punitivas na sociedade contemporânea**. Campinas, SP: Pontes Editores; Fortaleza, CE: EdUECE, 2018.

MONTENEGRO, David Moreno. Golpe de Estado na Bolívia. **O POVO**. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/colunistas/eliomardelima/2019/11/11/artigo---golpe-de-estado-na-bolivia.html>. Acesso em: 15 jan. 2020.

MORAES, João Quartim de. O fator militar no governo Bolsonaro. **Revista Boitempo**, São Paulo, n. 32, maio de 2019.

OUVIÑA, Hernán; THWAITES REY, Mabel. **Estados en disputa**: auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: El Colectivo, 2018.

PASSOS, Úrsula; FABRINI, Fábio; LINHARES, Carolina. Com apoio de Bolsonaro, manifestantes ignoram coronavírus e fazem atos pró-governo. **Folha de São Paulo**, 15 mar. 2020. Disponível e: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/com-apoio-de-bolsonaro-manifestantes-ignoram-coronavirus-e-fazem-atos-pro-governo.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PAULANI, Leda Maria. Bolsonaro, o ultraliberalismo e a crise do capital. **Revista Boitempo**, São Paulo, n. 32, maio de 2019.

PAULANI, Leda Maria. Capitalismo financeiro, estado de emergência e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 109-134.

PAULANI, Leda Maria. **Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, THEOTONIO dos. **Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2018.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SOARES, Jussara; MAIA, Gustavo; TRINDADE, Nara. Bolsonaro será o presidente do partido Aliança pelo Brasil; Flávio assumirá a vice-presidência. **O Globo**, 21 nov. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-sera-presidente-do-partido-alianca-pelo-brasil-flavio-assumira-vice-presidencia-24091786>. Acesso em: 21 nov. 2019.

SVAMPA, Maristela. **Del cambio de época al fin de ciclo: gobiernos progressistas, extractivismo y movimientos sociales em América Latina**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2017.

SVAMPA, Maristela. **Cambio de época, movimientos sociales y poder político**. Buenos Aires: CLACSO; Siglo XXI, 2008.